



Priorização do 1º Grau da Justiça
A nossa meta é você

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária e Distribuição Orçamentária do 1º Grau de Jurisdição

ATA DA 30ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL

Data: 2-12-2020

Horário: 11h

Local: Reunião Virtual via Google Meet

MEMBROS PARTICIPANTES:

- 1) Fca. Rita A. Albuquerque – Desembargadora Coordenadora do Comitê Gestor Regional;
- 2) Angélica Wandermurem Bomfim Ramos – Servidora;
- 3) Antonio Alencar Moreira – Servidor;
- 4) Djalma Monteiro de Almeida – Juiz do Trabalho;
- 5) Gisele Araújo Loureiro de Lima – Juíza do Trabalho;
- 6) Igo Zany Nunes Corrêa – Juiz do Trabalho;
- 7) Lucas de Menezes Vidal – Servidor;

ABERTURA:

Palavras da Coordenadora do Comitê, desembargadora Fca. Rita A. Albuquerque, agradecendo a presença de todos na reunião.

ASSUNTOS TRATADOS:

1) Saída de membro do Comitê – Dra. Carolina de Souza Lacerda Aires França

A Coordenadora do Comitê informou que a juíza Carolina de Souza Lacerda Aires França solicitou a sua retirada do Comitê Gestor em decorrência de ter sido removida recentemente para uma Vara do Trabalho de Manaus, a qual exigirá grande parte do seu tempo, razão pela qual faz-se necessária a sua substituição.

Face ao exposto, o Comitê decidiu:

I – deferir a retirada da juíza Carolina de Souza Lacerda Aires França do Comitê Gestor;

II – alterar a condição de suplente do juiz Alexandro Silva Alves para titular da vaga de Juiz indicado pelo Tribunal;

III – expedir e-mail em formato de ofício para os magistrados titulares de Varas questionando se algum deles tem interesse em integrar o Comitê Gestor no lugar da magistrada que se retirou.

2) recomposição do número de servidores dos gabinetes

A Coordenadora do Comitê informou que o número de servidores dos gabinetes encontra-se defasado, razão pela qual foi sugerido pelo Ministro Corregedor do TST que o mesmo seja repostado.

A Juíza Gisele Araújo Loureiro de Lima sugeriu que seja verificado como está o quadro atual das Varas do Trabalho de Manaus, de Roraima e dos interiores, bem como dos Gabinetes do 2º Grau, para que seja informado ao Tribunal.

Face ao exposto, o Comitê decidiu:

I – expedir ofício destinado ao setor de pessoal, para que seja informado o quantitativo atual de servidores de todas as Varas do Trabalho e dos Gabinetes do TRT11.

3) Plano de reabertura

A Juíza Gisele Araújo Loureiro de Lima sugeriu que seja incluído algum membro do Comitê Gestor no Gabinete Permanente de Emergência – COVID19, encarregado do retorno das atividades presenciais.

Após debate sobre o tema, o Comitê Gestor decidiu:

I - expedir um ofício destinado ao Gabinete Permanente de Emergência – COVID19, para que o juiz Igo Zany Nunes Corrêa, membro do Comitê Gestor, faça parte das reuniões que tratarem do tema.

4) Participação de membro do Comitê Gestor

O juiz Djalma Monteiro de Almeida informou que não foi intimado para nenhuma outra reunião da Comissão que elabora o orçamento do TRT11.

Após debate sobre o tema, o Comitê Gestor decidiu:

I - expedir um ofício destinado à Comissão que elabora o orçamento do TRT11 para que o juiz Djalma Monteiro de Almeida seja notificado quando houver reunião da referida Comissão, visto que o mesmo faz parte e não foi notificado das reuniões.

5) Gastos com itinerância

O servidor Antonio Alencar Moreira sugeriu que seja levado ao Comitê responsável pela elaboração do orçamento a inclusão dos gastos necessários

para a realização das itinerâncias, com aumento dos valores disponibilizados a esta finalidade, com foco especial à aquisição de um ônibus para a realização das itinerâncias do Estado de Roraima;

Face ao exposto, o Comitê decidiu:

I – elaborar uma exposição dos gastos realizados atualmente com as itinerâncias das Varas do Trabalho de Boa Vista, justificando a necessidade da aquisição de um ônibus para as Varas do referido município;

II – discutir na próxima reunião os dados contidos na referida exposição.

5) Metas das Varas dos interiores

A Juíza Gisele Araújo Loureiro de Lima sugeriu que sejam elaboradas recomendações ao CNJ, solicitando que seja exposta a realidade dos interiores do Amazonas, para que a mesma seja considerada na cobrança das metas do Tribunal, visto que a nota final do Tribunal é afetada pelas notas das Varas dos Interiores

Após debate sobre o tema, o Comitê Gestor decidiu:

I – discutir a respeito do tema na próxima reunião.

ENCERRAMENTO

A Coordenadora encerrou as atividades agradecendo a presença de todos e informando que a próxima reunião do Comitê será realizada ano que vem, em data a ser definida, de forma virtual, através da plataforma Google Meet.

Manaus, 2 de dezembro de 2020.

Fca. Rita A. Albuquerque
Coordenadora do Comitê Gestor Regional

Ata redigida pelo servidor Lucas de Menezes Vidal.